



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Nota de Imprensa

Chang perde a primeira batalha na justiça sul-africana e vê sua prisão legalizada

O antigo ministro das finanças Manuel Chang, perdeu a primeira batalha contra a justiça sul-africana. Esta quarta-feira, foi-lhe recusado o pedido de liberdade formulado pela sua defesa, que alegava a ilegalidade do mandato de prisão. A próxima batalha é o pedido de liberdade mediante o pagamento de caução.

A procuradora Elivera Dreyer apresentou os argumentos em representação do Estado sul-africano, visando contrariar o pedido para a concessão de liberdade a favor de Manuel Chang. Defendeu que o mandato de prisão emitido pelos EUA é legal e baseia-se no acordo de extradição entre os dois países.

Explicou que com base no acordo de extradição, os EUA têm, depois de efectivada a prisão, mais tempo para enviar documentos com informação detalhada e que possa fundamentar com propriedade, a razão para que seja diferido o pedido de extradição que irá pesar sobre Chang.

Depois de perdida esta primeira batalha judicial, o advogado declarou que vai agora submeter um pedido para o pagamento de caução a favor do seu constituinte. Entretanto, exigiu como condição prévia mais informação sobre a acusação formulada contra Chang, mencionando especificamente que queria saber os nomes dos outros co-arguidos, que se acham ocultados. A procuradora disse que isso não fazia sentido, porque a ocultação de outros nomes é para prevenir a fuga e a juíza concordou que não seria disponibilizada mais informação à defesa de Manuel Chang, para além da que já consta da acusação.

O caso seguiu com a discussão dos termos da caução a ser paga por Chang. A procuradora entende que dada a gravidade dos crimes de que é acusado e o valor da causa de Manuel Chang, que é de 2 bilhões de dólares, a proposta da caução a ser apresentada ao tribunal deve estar no escalão mais elevado, denominado 5º nível.

A defesa contestou esta posição, sendo que na houve desfecho da mesma na audiência que hoje decorreu, ficando para a sessão de amanhã a discussão desta matéria controvertida..

Entendimento e aceitação houve para transferir o ex-ministro das finanças da cela que lhe tinha sido atribuída ontem, juntamente com outros 20 reclusos na MODDERBEE, em Benoni, arredores de Joanesburgo, para uma cela privada. O caso prossegue amanhã com a apresentação do pedido de caução.

Nota de explicação

O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP passará a fazer publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso.

Maputo, 09 de Janeiro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro no 124, Bairro da Sommerschield,
Tel.: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel.: (+258) 82 3016391
Email: cip@cipmoz.org | www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique